



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 1204/06	<b>DATA:</b> 21/11/2006
<b>INÍCIO:</b> 15h20min	<b>TÉRMINO:</b> 16h40min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h20min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 01h20min	<b>PÁGINAS:</b> 24	<b>QUARTOS:</b> 16

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA – Secretário do Tesouro Nacional**  
**ARIOSTO ANTUNES CULAU - Secretário do Orçamento Federal**

**SUMÁRIO: Relatório quadrimestral. Avaliação e cumprimento de metas — 1º Quadrimestre de 2006.**

**OBSERVAÇÕES**

**Há exibição de imagens.**  
**Há intervenção fora do microfone. Inaudível.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) - Declaro iniciada a 7ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira, que irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento da meta do superávit primário referente ao primeiro e segundo quadrimestres de 2006, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrições para o debate está aberta.

Lembro que a reunião está sendo gravada. Portanto, qualquer comunicado tem de ser feito no microfone.

Com a palavra o Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira, Secretário do Tesouro Nacional.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

É um prazer estar aqui apresentando o desempenho fiscal para os 2 quadrimestres do ano de 2006.

Vou começar expondo a parte propriamente relacionada ao desempenho fiscal, tendo em vista a meta do setor público. Em seguida, falarei sobre a evolução da dívida pública.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júlio César) - Um momento, Sr. Secretário. Convido nosso Relator-Geral, Senador Valdir Raupp, para se sentar à mesa.



**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Os dados que temos até setembro mostram que não só houve o cumprimento das 2 metas quadrimestrais para o Governo Federal, como também os resultados já divulgados no consolidado do período janeiro a setembro mostram que ainda estamos em linha para atingir a meta fiscal para o ano.

Podemos ver na parte inferior da tabela que, no caso do Governo Central, o resultado até setembro do superávit primário, de 49,4 bilhões de reais, era tão-somente 600 milhões de reais abaixo da meta estabelecida para o ano. Portanto, atingiu-se praticamente 100%.

No caso das empresas estatais federais, menos do que isso.

Do ponto de vista da ótica do Governo Federal, o resultado até setembro atingiu 87% da meta do ano. Teremos ao longo desta semana a divulgação dos dados de outubro.

Com relação à meta do setor público consolidado e ao superávit primário de 4,25% ao ano, vemos, no gráfico superior, que os resultados deste ano estão em linha com o cumprimento da meta, tendo sido o último resultado, divulgado no mês de setembro, de 4,28% do PIB. Portanto, também está em linha com o cumprimento da meta do ano.

Os sucessivos decretos desde o mês de fevereiro e o último editado em 5 de outubro fizeram os ajustes de parâmetros, sobretudo tendo em vista, em primeiro lugar, uma ligeira redução do valor do PIB nominal em função de menor inflação e expectativa de crescimento menor para o ano.

Também ao longo do ano foi possível uma ligeira elevação em 0,10% do PIB no resultado de Estados e Municípios, que foi a maior e, portanto, com uma redução do esforço do Governo Federal.

Os parâmetros estão detalhados abaixo.

Um outro tema que acho oportuno levantar e diz respeito a uma nota que o Tesouro Nacional soltou há cerca de 10 dias diz respeito à contribuição dos dividendos das empresas estatais no resultado do setor público consolidado.

No ano de 2006 houve uma contribuição maior dos dividendos das empresas estatais ao atingir-se o resultado primário, que não é tão alto como normalmente se noticia, tendo em vista que o pagamento de dividendos, positivo do ponto de vista do



resultado primário consolidado, é tão-somente aquele feito pelas empresas estatais financeiras.

Nesta tabela procuramos mostrar que o efeito líquido dos dividendos em 2006 é de 2 bilhões e 300 milhões de reais e não os cerca de 9 bilhões de reais pagos à União, porque, neste caso, há um efeito compensatório negativo no resultado das estatais, quando não se trata de estatais financeiras.

O resultado melhor que temos, portanto, de dividendos este ano simplesmente reflete a melhor lucratividade das empresas estatais financeiras no ano de 2005, como é detalhado no gráfico abaixo, em relação aos anos anteriores.

Em seguida, procuramos mostrar que no acumulado do ano temos tido um resultado fiscal comparável ao dos anos anteriores. Ele é só um acumulado de janeiro a setembro. Em termos de percentual do PIB, ele só é inferior ao de 2004 e especialmente ao de 2005.

No resultado de setembro, tivemos este ano um efeito que não significou em anos anteriores, que foi a antecipação de 50% do 13º do INSS. Não fora isso, teríamos um resultado absolutamente em linha com os anos anteriores.

Quanto às principais rubricas de 2006, de novo, no acumulado até setembro, temos as diversas estimativas de receitas, que ao longo do ano foram ligeiramente reajustadas para cima — no gráfico superior esquerdo —, e o realizado até setembro em linha com esta última previsão do último decreto.

Os gastos com pessoal — no canto inferior esquerdo — foram elevados em função dos reajustes de carreira promovidos.

No canto superior direito temos os ajustes feitos a menor no déficit da Previdência Social, resultado de novo, até o momento, em linha com esta última previsão de 41,6%.

Por fim, temos embaixo a evolução das outras despesas correntes e de capital.

Passando adiante, temos aqui as expectativas de mercado projetadas até 2011, mostrando que o cenário de manutenção do superávit primário em relação ao PIB de 4,5%, ao logo dos próximos 5 anos, garantiria uma queda da dívida líquida do patamar de 40% do PIB, portanto, um nível de superávit primário adequado para garantir a queda da relação dívida/PIB.



Um debate que se tem iniciado nos últimos tempos diz respeito a uma agenda que possivelmente será importante para esta Casa nos próximos anos: a contínua elevação que temos tido da carga tributária, como pode ser visto, em termos da carga total — União, Estados e Municípios —, nos últimos anos, e também na receita administrada em relação ao PIB, que embora crescendo num ritmo mais moderado em 2006 e, provavelmente, em 2007, também tem apresentado alguma elevação. Essa elevação da carga tributária tem permitido acomodar despesas primárias crescentes. O desafio para o futuro é termos uma moderação nesse ritmo de aumento, até porque, como também já é conhecido desta Casa, temos tido, desde 2004, várias medidas de desoneração tributária, que ganhou a agenda da sociedade e do Congresso. E, nesse sentido, desde 2004, temos um acumulado, como podemos ver nessa tabela, de 1,09% do PIB de queda da carga tributária potencial, em função desse tipo de medida.

Finalmente, no que tange à política fiscal, vale tocar num ponto mencionado aqui na exposição que fiz em abril: a expectativa do plano-piloto de investimento. O que temos até agora é uma realização incluindo a LOA, créditos de 2006 e mais Restos a Pagar de pouco mais de 2 bilhões de reais, com previsão de que ao final do ano se chegue, no PPI, a 3 bilhões de reais.

Passando à Administração da Dívida Pública, trazemos um quadro que havia sido prometido pelo Tesouro Nacional para apresentação do primeiro quadrimestre. Trazemos, portanto, o resultado com relação aos 2 quadrimestres: a quebra do estoque da dívida em relação a seus principais determinantes. Podemos ver que nos 2 quadrimestres tivemos, por força de turbulências do mercado que ocorreram em abril, no primeiro quadrimestre, e ainda em maio, no segundo, resgate líquido de títulos do Tesouro no valor respectivo de 24,6 bilhões e 12,47 bilhões. Apesar do ocorrido, não foi suficiente para se contrapor à carga de juros nominais, que acabou fazendo com que o estoque da dívida se elevasse em 2,64%, no primeiro quadrimestre, e 3,51%, no segundo trimestre. Esse momento de turbulência de abril e maio foi superado e, desde então, a política de refinanciamento da dívida pública tem ocorrido com alargamento de prazos e redução de taxas.

No quadro seguinte podemos ver a evolução do comportamento da dívida externa.



No primeiro quadrimestre tivemos uma redução nominal do estoque, em função de vários pré-pagamentos: Clube de Paris, recompra de *bradies* de 25 bilhões de reais e, no segundo quadrimestre, 3,4 bilhões de reais. No primeiro quadrimestre houve uma redução adicional de cerca de 13 bilhões de reais, por conta da apreciação cambial. Isso resulta numa substancial redução do estoque da dívida externa, que caiu no período tanto em reais como também em dólares.

O último quadro é uma consolidação dos 2 anteriores. Não vou me deter nele.

Em seguida, vou passar aos resultados do plano anual de financiamento.

Os dados divulgados esta semana em relação a outubro mostram que praticamente em todos os indicadores — composição da dívida, prazo médio, vida média —, estamos dentro do intervalo do PAF. A única exceção é o percentual vencendo em 12 meses, que está ligeiramente acima dos 37,8 meses e do máximo sinalizado de 36%, mas com a expectativa de que até o final do ano entremos no intervalo, como previsto. Ressalto o grande avanço, ocorrido neste ano, de mais de 10 pontos percentuais na redução da dívida indexada à SELIC que deve, ao final do ano, atingir os limites inferiores, sinalizados no PAF, com o crescimento dos papéis prefixados e também indexados a índices de preços.

Portanto, diria, sem dúvida alguma, que 2006 vai ficar na história, por ser um ano de grande avanço em termos da composição da nossa dívida interna. Isso se expressa, hoje, em uma menor sensibilidade da dívida interna a elevações da taxa de juros, como indica o gráfico no canto inferior direito. Neste momento, a situação credora, em dólares, do setor público indica que a dívida líquida tenderia a cair se houvesse desvalorização cambial diferentemente do que ocorreu no passado.

Por isso, os indicadores de solvência externa — não vou entrar em detalhes com relação a todos — mostram um Brasil muito mais seguro do ponto de vista de enfrentar turbulências externas. Isso foi verificado na recente volatilidade de mercado, em abril e maio. O Brasil se diferenciou de outros países menos sólidos, em termos de contas externas.

Esse trabalho, executado em boa parte em 2005 e início de 2006, resultou numa queda da dívida externa, em dólares, de 36,8 bilhões de reais, e isso levou o Tesouro Nacional, no último mês de agosto, como podemos ver na tabela seguinte, a anunciar que não mais trabalhará com uma meta de captação externa, na medida



em que entende que, com a situação favorável das contas externas e com a posição em reservas internacionais do Banco Central acima de 80 bilhões de dólares, podemos atender a nossas necessidades externas de 14,2 bilhões de dólares até o final de 2008, sem fazermos captações que objetivem dólares.

O Tesouro continua tendo a necessidade de administrar e melhorar a qualidade da nossa dívida emitida no mercado internacional. Fizemos algumas emissões desde setembro, com objetivos qualitativos, notadamente a necessidade de estender a nossa dívida prefixada, em reais, emitida internacionalmente. Em função disso, emitimos, em setembro, um título de 15 anos, em reais, no mercado internacional, com uma taxa de 12,75%. Essa emissão foi bem recebida. Em outubro houve uma emissão em dólares, feita ao mais baixo custo já executado pela República, um papel de 10 anos, a uma taxa de 6,25% ao ano.

Sr. Presidente, para ficar dentro do tempo dos 20 minutos, registro que o Tesouro Nacional e o Banco Central continuam trilhando o caminho da transparência, do ponto de vista de mostrar as nossas contas fiscais e da dívida pública como elas realmente são. E a prova disso foi que em setembro o Institute of International Finance, pela primeira vez, ao classificar serviços de relações com investidores entre países emergentes, deu ao Brasil a nota máxima de 38 entre 38 itens possíveis. Pela segunda vez, o serviço de informações do Tesouro Nacional foi classificado em primeiro lugar no quesito transparência, e dessa vez com a nota máxima.

Nesse sentido, sempre estamos à disposição do Congresso Nacional para mostrar o que somos da melhor maneira possível. Talvez não sejamos perfeitos nesse quesito, mas pelo menos os outros países, nesse terreno, têm ainda muito mais lição de casa a fazer do que nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Agradecemos ao Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira a exposição.

Aproveito a presença do Sr. Ariosto Antunes Culau para agradecer mais uma vez ao Ministério do Planejamento o apoio no debate que realizamos nas 5 regiões do País com relação ao Orçamento da União.



Ao abrir nossos debates, passo a palavra ao Relator-Geral do Orçamento para 2007, Senador Valdir Raupp, para suas considerações.

**O SR. SENADOR VALDIR RAUPP** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Secretário do Tesouro Nacional, a pergunta que faço é a seguinte: tendo em vista que o Brasil já alcançou com folga o superávit primário preconizado, que não tem mais as amarras do FMI, logo não tem mais a dependência, como V.Sa. mesmo referiu, de captação de novos recursos, qual a possibilidade de aumentar o percentual do Projeto Piloto de Investimentos — PPI, reduzindo esse percentual de 4,25% para, quem sabe?, para 3,75%?

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - Boa-tarde, Srs. Parlamentares, Senador Valdir Raupp, senhoras e senhores,

Deputado Gilmar Machado, muito obrigado pelos agradecimentos, que serão transmitidos ao Ministro Paulo Bernardo.

Agradeço também à Comissão o convite para participar deste evento, que, com certeza, engrandece o papel do Parlamento nesse processo que está sendo conduzido pelo Senador Valdir Raupp.

Eu diria que ainda estamos em fase de avaliação, primeiro, da capacidade da carteira do PPI. Temos hoje uma carteira que vem aumentando progressivamente. Neste ano, já tivemos a incorporação de praticamente 1 bilhão e 500 milhões de projetos adicionais para 2007.

Realmente, ainda faz parte dos estudos da equipe econômica a avaliação, primeiro, da capacidade de os projetos do Governo se enquadrarem nos critérios do PPI, e, segundo, a avaliação do montante de recursos que poderia ser ampliado para o PPI.

A avaliação ainda está sendo feita. Não temos ainda uma definição, tanto do ponto de vista da área econômica quanto da Presidência da República em relação a esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Senador Valdir Raupp, gostaria V.Exa. da palavra para uma réplica ou está satisfeito? (*Pausa.*)

Para reforçar a solicitação do Relator, se aumentamos o valor do PPI, evidentemente que rebate no abatimento de dívida e assim por diante, mas também reforça o processo de desenvolvimento.





Se esses estudos vão ter reflexo no Orçamento do ano que vem, precisamos depois recebê-los, porque temos prazo para apresentação de emendas até o dia 28, e alguma bancada que oferecer alguma emenda nessa área poderia se sentir prejudicada.

Então, se possível, que esses estudos sejam encaminhados antes do encerramento do prazo de apresentação de emendas, para que depois o Relator não fique com mais dificuldade para trabalhar.

Mas eu já fico extremamente satisfeito de saber que os recursos do PPI serão aumentados do PPI e, portanto, diminuído o tão falado superávit.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, por até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, Sr. Relator do Orçamento, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, vou falar um pouco fora desse negócio de dívida, mas com relação ao Tesouro Nacional.

No ano passado, o Tribunal de Contas da União constatou que o Tesouro não estava repassando aos entes federados a parte do IPI e do Imposto de Renda que lhes cabem no compartilhamento das receitas e que reforçam os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. O Tribunal, então, determinou ao Tesouro que fizesse o repasse no prazo de 90 dias.

Mas, Sr. Secretário, foi feito apenas o repasse do estoque que o Tesouro julgou que era dos impostos compartilhados.

Em dezembro pagou-se a parte da Taxa SELIC, que deu 241 milhões. Agora, Sr. Secretário, o Tribunal de Contas da União, depois de constatado em auditoria que o Tesouro não estava repassando e continua a não repassar os recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios das devoluções dos contribuintes não reclamadas, determinou, no Acórdão nº 2.027, ao Tesouro Nacional que “adote providência para agregar receita oriunda de restituição de Imposto sobre a Renda (Código DARF 4634) não reclamado pelo contribuinte no prazo em que foi colocada à sua disposição a arrecadação corrente do imposto, de modo a assegurar a correta repartição tributária estipulada pelas normas constitucionais e legais para o tributo.”

E mais, Sr. Secretário: a medida provisória do REFIS 3 perdeu validade, mas o Tesouro arrecadou 2 bilhões em 3 meses. Para onde foi esse dinheiro, Sr.



Secretário? Não temos nenhum registro de que esse dinheiro tenha sido compartilhado, pelo menos a parte dos tributos divididos com Estados e municípios.

Gostaria de saber que destino terá esse dinheiro. Se ele ficar no Tesouro, quando o senhor vai fazer o seu compartilhamento e quando também vai ser paga aos Estados e municípios a parte do Imposto de Renda retido e não devolvido por falta de reclamação do contribuinte?

Eram as minhas considerações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Sr. Secretário, V.Sa. a palavra, pelo mesmo período, para a resposta.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Sr. Deputado, com relação aos recursos do REFIS 3, da mesma forma que qualquer outro tributo partilhado, eles são imediatamente partilhados. Desconheço qualquer atitude diferente com relação a essa arrecadação.

Desse ponto de vista, eles têm o mesmo tratamento de qualquer outro tributo partilhado. Esses recursos foram partilhados com Estados e municípios dentro da regra constitucional vigente.

Com relação a essa determinação do TCU, não a recebemos ainda. Como é de praxe, temos um período, se for o caso, para recorrer. E, se for do entendimento do TCU que devemos fazer esse pagamento, como em outros casos que V.Exa. citou, faremos o ressarcimento. Mas, primeiro, precisamos receber a decisão, analisá-la tecnicamente e dar seguimento às determinações.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Secretário, não há nenhum registro de que esses 2 bilhões do REFIS 3 tenham sido distribuídos. Assim sendo, gostaria que V.Sa. nos desse uma informação que nos convencesse de que esses recursos foram efetivamente compartilhados. No sistema do Tesouro, da Receita ou do Ministério da Fazenda não há nenhuma informação que nos garanta isso.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Sr. Deputado, providenciaremos essas informações.



Recebi a informação de que a Receita ainda está classificando as receitas para depois fazer a partilha. O que eu disse é que há um tratamento normal, usual, para essa arrecadação, que será seguido nesse caso também.

Corrigindo o que eu disse, de fato não foi feita a partilha, porque ainda não se identificou a real repartição dos tributos. Mas podemos informar V.Exa. tempestivamente, quando isso ocorrer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Machado. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Secretário do Orçamento Federal, tenho 2 curiosidades. Nada intriga mais o cidadão comum neste País do que a dívida pública. O Governo explica, mas o cidadão comum não consegue entender a sua evolução;

Solicitei à minha assessoria a formulação de uma pergunta por escrito, e graças a Deus os números coincidem com o trabalho apresentado por V.Sa.

Não obstante os sucessivos superávites primários recordes, o estoque da dívida pública mobiliária federal vem aumentando, segundo os indicadores econômicos e dados apresentados por V.Sa. Como referido na pág. 8, o estoque da dívida, de 976 bilhões em dezembro de 2005, passou para 1 trilhão e 2 bilhões em abril de 2006, o que representa variação nominal de 25,8 bilhões no período.

Como V.Sa. pode explicar, não a mim, mas principalmente ao cidadão comum, esse aumento? O enorme esforço da geração de superávites colossais não deveria gerar como benefício a redução no estoque da dívida pública?

Essa é uma questão.

A outra tem muito a ver com o que V.Sa. nos apresentou. À pág. 12, V.Sa. traz como boa notícia o sucesso do Governo, por meio do Tesouro Nacional, na emissão de títulos da dívida pública em setembro de 2005, em setembro de 2006 e em outubro de 2006. Mas tenho uma curiosidade: nesses leilões de títulos da dívida pública, o BNDES pode participar, pode comprar títulos da dívida pública?

Pergunto isso — não entendo de economia, mas sou curioso — porque lemos na imprensa que a TEMERA, uma multinacional, conseguiu empréstimos no BNDES de 2 ou 3 bilhões de reais a juros subsidiados. Há alguns meses, também tomamos



conhecimento de que a empresa americana que tentou comprar a companhia de energia elétrica no Maranhão deu um calote no BNDES de aproximadamente 500 milhões de dólares.

Questionamos a autoridade do Governo, em reunião que fazemos na Comissão de Finanças e Tributação, em razão de numa página do jornal o BNDES anunciar um empréstimo de 8 bilhões à Vale do Rio Doce e em outra a Vale do Rio Doce anunciar o lucro, no semestre, de 4 bilhões.

O Governo empresta, por meio do BNDES, à Vale do Rio Doce, que tem importante papel a cumprir na economia, a juros subsidiados de 8% e no mesmo instante o Tesouro Nacional lança títulos da dívida pública e paga de juros 13%, 14% ou um pouco menos. Fiz essa observação para justificar minha curiosidade sobre a permissão de o BNDES participar desses leilões de títulos da dívida pública.

A primeira pergunta eu já havia formulado. Apesar dos grandes e sucessivos superávits primários a dívida continua crescendo, e o mortal comum não consegue entender isso. Como o senhor explicaria ao cidadão que a dívida continua crescendo apesar de todo esse sacrifício em termos de superávit, que tem batido recordes e tem sido crescente ultimamente? A outra questão é se o BNDES pode participar desses leilões de títulos da dívida do Governo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - O Sr. Secretário Carlos Kawall tem a palavra para a resposta.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Deputado José Carlos Machado, com relação à primeira pergunta de V.Exa., de fato o superávit primário é expressivo, mas é insuficiente para a cobertura dos juros da dívida pública. A carga de juros da dívida pública é superior aos 4,25% do PIB. Então, esse superávit primário é suficiente para pagar parcela dos juros, mas não para compensar a carga total dos juros incidentes sobre a dívida pública.

Nesse sentido, o estoque da dívida cresce pela impossibilidade de se cobrir todos os juros. A dívida só seria reduzida em valor, nominalmente, se houvesse não meramente um superávit primário, mas um superávit nominal, ou seja, se o superávit primário excedesse o valor dos juros incidentes sobre a dívida. Nesse caso haveria recursos adicionais que seriam usados para abater a dívida pública, e o estoque da dívida pública cairia.



No entanto, como procurei mostrar no gráfico apresentado na página 8, na transparência nº 8, ele é importante porque com esse superávit primário a dívida pública cairia em relação ao PIB. Por isso, o superávit primário de 4,25% é importante, porque com uma taxa de crescimento do PIB em torno de 13,5% ele garante a queda da relação dívida líquida/PIB, embora, ao longo dos anos, a dívida cresça em valores nominais, mas menos do que o crescimento do PIB.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Pode ser que se crescesse muito menos, ficaria constante. Mas se crescer mais, ela cai mais rapidamente. Portanto, essa é a explicação técnica.

Ainda temos déficit público no Brasil, que este ano deverá ultrapassar 3% do PIB. Enquanto houver déficit público total, nominal, a dívida pública crescerá também em valores nominais, mas nesse momento caiu sua proporção em relação ao PIB.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - Sr. Secretário, permita-me um esclarecimento. Vocês, no Governo, já estão pensando no déficit nominal zero? É uma tese defendida pelo ex-Ministro Delfim Netto no início deste ano, e hoje me parece que ele é um dos gurus da economia brasileira, um homem que conversa quase diariamente com o Presidente da República. Ele defendeu com muito ardor o déficit nominal zero. Vocês estão pensando em caminhar nesse sentido num futuro próximo ou pelo menos nesses 4 anos?

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Eu não tenho condições de falar neste momento sobre expectativas futuras, entretanto o déficit nominal zero teria de ocorrer com uma combinação de maior crescimento do PIB, de queda a médio e longo prazo das taxas reais de juros e de um superávit primário equivalente àquele que temos hoje.

O superávit primário no Brasil é alto do ponto de vista internacional. Então, com mais crescimento e juros em queda é possível que a médio e longo prazo isso seja atingido. Não é uma impossibilidade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - A última questão: o BNDES pode participar dos leilões de títulos da dívida pública?



**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Fui diretor financeiro do BNDES, e sei que pode adquirir títulos públicos junto ao Banco do Brasil para gestão do seu caixa. Não só ele, como também outras estatais têm disponibilidades de caixa que são alocadas em títulos públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júlio Cesar) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira, Dr. Ariosto Antunes Culau, é um prazer recebê-los aqui. Ouvi atentamente todas as exposições, e, assim como muitos brasileiros, tenho refletido sobre a questão fiscal no nosso País.

Curiosamente, o jornal *Valor Econômico* publica hoje matéria que aborda a questão fiscal, e a preocupação inerente a ela faz convergir diversas escolas de economistas, sejam as escolas mais ortodoxas, sejam as mais heterodoxas. Todos estão de acordo em que a boa gestão fiscal é elemento necessário para se criar ambiente estimulante aos investimentos e ao crescimento econômico duradouro, sustentado da economia.

Um dos *slides* aqui apresentados — exatamente o que está ali projetado — trata justamente da expectativa de trajetória da relação dívida/PIB nos próximos anos. V.Sa. falava que há esforço no sentido de que até 2010 se possa reduzir os 51% do PIB para algo em torno de 40% do PIB nesse período. As curvas estão relacionadas com duas expectativas de crescimento médio do PIB. Mas elas têm de levar em consideração também a taxa básica de juros. A meu ver, elas supõem contínuo declínio das taxas de juros básicas na economia brasileira. E a minha pergunta é exatamente nessa direção.

Sei que V.Sas. não podem aqui adiantar os estudos que estão sendo realizados visando — até porque eles ainda estão sendo elaborados — melhorar o desempenho fiscal do País. Há certo consenso de que precisamos ampliar as despesas discricionárias, sobretudo as despesas de investimentos da União para alavancar o crescimento, ou seja, que o Estado possa cumprir o seu papel, sobretudo na área de infra-estrutura econômica.



O problema é como fazer isso. É mais fácil falar do que fazer. O nosso sistema tributário é complexo, tem imbricação muito grande entre União, Estados e municípios.

Sou da Comissão de Reforma Tributária e pude perceber o grau de complexidade e de dificuldade para simplificar, por exemplo, o ICMS no País, ou até para se criar imposto sobre o valor agregado que substitua todos os impostos desse tipo existentes no Brasil. Mas isso é necessário. É necessário também se desonerar os investimentos, do ponto de vista tributário, para que eles possam ocorrer. Isso guarda sempre risco fiscal. Qualquer medida desse tipo tem um lado positivo, na medida em que possa ser estimulante de outro investimento, mas tem um risco fiscal.

Em linhas gerais, em termos de diretrizes e divisão, como V.Sa. vê a solução desse imbróglio, ou seja, como equacionar a questão tributária simultaneamente com a questão orçamentária — porque isso envolve problemas de vinculações orçamentárias — visando liberar mais recursos para investimentos, sem prejudicar evidentemente os gastos sociais, que são essenciais para o Brasil, sobretudo para a natureza do Governo brasileiro. Quer dizer, há inter-relação entre todos esses fatores que, de alguma maneira, pode jogar favoravelmente à melhoria da situação fiscal, mas sempre há o risco de que possa agravar a situação fiscal, dependendo de como esses fatores reajam a determinadas decisões de Governo.

Peço a V.Sa. que fale um pouco sobre estratégia de melhoria da questão fiscal, tendo em vista essa perspectiva de redução, a médio prazo, da relação dívida/PIB — não sei se fui claro no meu questionamento.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Deputado, a pergunta feita por V.Exa. é o desafio que todos enfrentamos no Brasil para os próximos anos.

Esclareço que na trajetória da relação dívida/PIB trabalhamos com o cenário do Banco Central, da FOUCES. Portanto, a expectativa de crescimento do PIB, a trajetória dos juros, o câmbio etc., tudo é feito pelo Banco Central. Não fazemos projeções. Na linha do meio os senhores podem ver que a relação dívida/PIB cai cerca de 40% em 2011; depois, há duas linhas: numa, a relação dívida/PIB cai mais se o crescimento for 4% do PIB; na outra, na de cima, se crescer 3% do PIB. Se crescêssemos a 5% do PIB, a queda seria ainda mais forte.



O que tenho dito em relação a esse assunto — sem ter nenhuma condição neste momento de avançar, ou que haja medidas a serem tomadas no próximo mandato presidencial — é que estamos mudando a nossa agenda de política fiscal em termos de qualidade. Não é mais suficiente apenas discutirmos o tamanho do superávit primário, temos de olhar a qualidade do gasto e da carga tributária, pontos em relação aos quais as pessoas que me antecederam no Tesouro estavam invariavelmente lutando, e contra conjunturas adversas: elevada inflação, problemas nos balanços de pagamentos. Enfim, toda a sorte de dificuldades que impediam discussão mais centrada nos médio e longo prazos e que visam exatamente a olhar como podemos crescer mais. Crescer mais requer mais investimentos. O Brasil precisa elevar a sua taxa de investimento. Outras escolas falarão em taxas de poupança. Na verdade, todos querem que haja maior formação bruta de capital fixo, desafio de infra-estrutura etc.

Os setores público e privado precisam investir mais. O setor público precisa ter mais espaço dentro da despesa pública, o que coloca o desafio de conter despesas correntes sem sacrificar as políticas sociais, como V.Exa. bem lembrou.

No setor privado, a carga tributária e medidas de desoneração, como procurei apresentar anteriormente, já têm sido adotadas, até porque hoje nossa carga tributária é elevada. Em comparação com países desenvolvidos, a nossa carga tributária é acima da carga americana. Difícilmente teremos carga tributária do nível de alguns países emergentes, que têm a metade da nossa. Isso não é realismo supor. Mas temos de avançar na agenda de maior qualidade da política fiscal, qualidade da carga tributária, cujo enorme desafio é o ICMS — por sinal complexa questão federativa, além de temos de buscar mecanismos para elevar o investimento do setor público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júlio Cesar) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, para a réplica.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - O meu comentário é exatamente sobre a questão tributária. Tenho claro que há necessidade de se desonerar os investimentos. Para mim isto é absolutamente óbvio.

A nossa carga tributária não é só grande, mas muito mal distribuída e muito complexa. Temos 27 legislações de ICMS, não sei quantas dezenas de alíquotas de





ICMS, o que traz um custo brutal para as empresas, fora a carga tributária de alguns serviços, como o de telecomunicações, que eu conheço bem, e mesmo o de energia elétrica. Se somarmos todos os tributos que incidem sobre o setor de telecomunicações, verificaremos que a carga tributária é superior a 50%.

Os serviços de telecomunicações são essencialíssimos para uma sociedade moderna, para seus consumidores e, sobretudo, para a atividade produtiva. Tenho absoluta clareza de que é necessário não só desonerar os investimentos produtivos, como também alguns serviços e setores da economia.

Em alguns setores da economia uma desoneração controlada poderá gerar até incremento de receita à medida que seja um estimulante do desenvolvimento de novas atividades econômicas.

Fico imaginando um pequeno empresário que tem de pagar uma conta imensa de serviços de telecomunicações, por uso de celulares, comunicação de dados e coisas desse tipo. Certamente se eu fosse desonerar o gasto operacional desse pequeno empreendedor, ou mesmo de uma grande empresa, estaria estimulando novos investimentos e proporcionado maior dinamismo econômico ao País.

Será que não daremos prioridade também, no futuro, à solução como um todo do sistema tributário do País, ou pelo menos à melhoria do perfil do sistema tributário, diminuindo a complexidade, simplificando e mesmo reduzindo a carga tributária em alguns setores onde ela é absolutamente sufocante?

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - É este exatamente o desafio. Pela restrição fiscal que temos, a desoneração tem que ser muito bem focalizada, muito bem desenhada do ponto de vista da maximização do efeito que poderá causar no investimento e na geração de empregos. Caberá ao Tesouro exercer o papel de administrador dessa restrição fiscal.

Temos consciência também das limitações que ocorrem do ponto de vista da despesa pública e, portanto, da necessidade de analisar essa despesa como algo que provavelmente envolverá um esforço plurianual não passível de ser adotado de uma vez só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júlio Cesar) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.



**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente, Sr. Secretário, em primeiro lugar, vamos tecer alguns comentários a respeito da proposta que vem sendo encaminhada, ou que já foi encaminhada, ao Presidente, no momento em que S.Exa. exige que a sua equipe de governo apresente propostas para trazer mais investimentos e obter um crescimento em torno de 5% do PIB.

Não temos, e é uma contradição dentro do próprio Governo, como manter a carga tributária em evolução constante e uma política monetária extremamente rígida, com juros extremamente elevados mantendo a relação dívida líquida/PIB sempre elevada e os investimentos públicos que permitiriam um melhor desempenho em relação a um eventual crescimento da economia.

Tomamos conhecimento pela imprensa que uma das propostas foi a elevação de 0,2% para 0,5% do PIB do Programa Piloto de Investimentos — PPI, criado em 2004 para o Orçamento de 2005. Infelizmente nem o PPI, retirado do cálculo do superávit primário, foi executado na sua totalidade. Estamos há 2 anos com o PPI e a sua execução não passou de 30% sobre o valor nominal. De que adianta criar projetos e incluir programas no PPI, se não há execução orçamentária?

Aqui faço um questionamento: o PPI de 0,5% do PIB implicaria redução do superávit primário da União e das estatais? E por que no ano de 2006 o superávit primário de estados e municípios foi reduzido de 1,1% para 0,9%, e para o ano de 2007 voltou para o patamar de 1,1%, conforme a proposta orçamentária em tramitação no Congresso Nacional?

Para finalizar, faço outra indagação a V.Sa.: em relação à proposta apresentada pelo Governo, na LDO de 2005, sobre contenção dos gastos públicos em 17% do PIB, 16% da receita, abandonada agora, no Orçamento de 2007, quando o Governo decidiu propor a redução de 0,1% sobre a despesa corrente apurada no ano anterior, portanto 2006? E, se temos agora, em 2006, despesas correntes de 18,5% do PIB, como iremos contê-las se são incompatíveis com o crescimento do PIB?

Realmente, há alguns gargalos. Não me refiro apenas ao ambiental, que está na moda, e o Presidente tem ampliado sua divulgação, mas ao gargalo da despesa corrente. Este sim tem aumentado substancialmente. Nos últimos 5 anos aumentou consideravelmente: cada ponto do PIB, Deputado Júlio, significa 20 bilhões de



despesas por ano. Como pode um país querer crescer com margens compatíveis ao seu desejo e, no entanto, não cresce? Temos crescido a taxas medíocres, e vamos continuar assim, se não houver contenção. As políticas públicas podem continuar, mas elas não nos levarão ao almejado desenvolvimento.

Então, pergunto a V.Sa. como se pretende conter os gastos em despesas correntes e privilegiar investimentos que o País precisa e que o Presidente deseja?

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - O Secretário Ariosto vai falar sobre o PPI e a LDO.

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - Deputado, quanto ao PPI, quero dizer que, desde da implementação do Programa Piloto de Investimentos, os valores previstos foram empenhados sob o ponto de vista da execução orçamentária e se encontram em execução.

O gráfico apresentado pelo Secretário Kawall mostra os dados de execução financeira dos Restos a Pagar no exercício de 2006 decorrentes dos empenhos realizados no exercício de 2005.

Um dos motivos de aprendizagem do PPI, que tem sido empreendido pelas áreas técnicas do Ministério da Fazenda e do Planejamento, é no sentido de que o início de um ciclo de investimentos não seja o início imediato, isto é, existe a preparação necessária dos projetos. Sem essa preparação, não se dobra nível de investimento de um ano para o outro, em 1 ou 2 exercícios financeiros. A maior parte dos projetos integrantes do PPI, por sinal, é de longo prazo e envolve processo de execução orçamentária e financeira superior a um exercício financeiro.

Vamos ter em mente que esse processo de execução e de seleção das obras do PPI é realmente bastante complexo em sua implementação. Da mesma forma, também devemos, para o ano que vem, gerar um nível de restos a pagar, normal na execução de projetos desse vulto. Realmente, não são transferências diretas. A maior parte dos projetos do PPI é executada de forma direta na área de infraestrutura de transportes, principalmente, e requerem o amadurecimento e o ritmo de execução.

É claro que no decorrer da execução surgem outros problemas. Não são problemas de natureza financeira, de nenhuma forma, uma vez que os recursos do PPI são totalmente disponibilizados na medida em que os empenhos são liquidados,



ou seja, em que as obras estejam medidas e os bens ou serviços tenham sido entregues.

Constatamos, pelo próprio modelo do PPI, quanto é complexa e meticulosa a realização de investimentos, principalmente aqueles que são, como o caso do PPI, investimentos de natureza direta.

Quero discordar de V.Exa. Realmente, os indicadores de execução financeira ou orçamentária podem não ser imediatos, mas a realização do PPI é efetiva. Podemos constatar isso por meio de diversas obras que hoje o compõem, em particular, a grande obra que hoje compõe o PPI, a BR-101 sul, o exemplo de obra que hoje não apresenta problemas. Os percalços que podem ocorrer não estão vinculados a nenhum obstáculo de natureza orçamentária e financeira, mas, muitas vezes, a obstáculos ambientais ou outros problemas decorrentes da própria execução da obra. Quanto ao PPI, não há hoje problemas relacionados à execução, a não ser problemas de natureza física da obra.

Com relação à possibilidade de ampliação do PPI, que já foi comentada pelo Senador Valdir Raupp, havíamos dito que esses estudos ainda estão sendo feitos no âmbito da área econômica. Uma das grandes questões é justamente esta, não há a idéia, pelo menos, não tem balizado nossos estudos, de ampliar o PPI por ampliar. Temos necessidade realmente de ampliar nossos investimentos, mas os projetos sujeitos à carteira do PPI devem ter uma finalidade estritamente vinculada ao desenvolvimento do País.

E aí V.Exa. tem toda a razão: faz-se necessário um estudo e uma avaliação muito mais aprofundada sobre em que medida poderíamos ou não ampliar o PPI. Esse é o alvo justamente do estudo do Governo. Mas acreditamos que sim, que existe capacidade de acomodar; são vários investimentos represados.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Secretário, como são eleitos os projetos para serem incluídos no PPI, já que eles passam ao largo do Congresso Nacional?

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - Não, discordo, eles são encaminhados ao Congresso Nacional. Sob o ponto de vista dos critérios adotados, o Poder Executivo encaminha, a cada proposta orçamentária, os critérios, os estudos que embasaram a inclusão desses projetos. Ao mesmo tempo, existe a prerrogativa, sim,



de o Congresso poder, como fez no Orçamento corrente, reavaliar projetos ou mesmo ações integrantes do PPI. Não nos furtamos de entregar também, na medida da execução, esses estudos. Inclusive, no último Orçamento, encaminhamos essas informações complementares, Deputado.

Se porventura houver a identificação da necessidade de ampliação ou qualquer resultado positivo de ampliação dos estudos, certamente, vai haver uma discussão com o Congresso sobre o contexto desses projetos. Vai haver a participação do Congresso, uma vez que eles não passam ao largo da tramitação orçamentária ao longo da apreciação no Congresso Nacional. Posso lhe afiançar que não será uma atitude unilateral do Poder Executivo.

Não temos condições de antecipar os resultados, mas grande parte da dificuldade do controle das despesas correntes também não decorre de um posicionamento que seja único e exclusivo do Governo.

A maior parte das despesas correntes que o senhor comentou há pouco dizem respeito às despesas previdenciárias e às despesas com pessoal. Todos esses dispositivos são matérias submetidas ao Congresso Nacional e passam por um processo de validação, diria, em termos políticos, para criação da despesa.

A nossa margem hoje para controlar despesa corrente é pequena, sob o ponto de vista daquilo que é próprio do Poder Executivo. Naquilo que é próprio do Poder Executivo, no caso das despesas discricionárias, Deputado, o Poder Executivo tem feito esforço muito grande. Fruto disso, no atual Orçamento — e está neste relatório que apresentamos hoje —, aproximadamente 5 bilhões de reais são contidos em despesas correntes discricionárias dos diversos órgãos do Poder Executivo. Não é um número desprezível, porque trata-se de esforço que não decorre de atos legais, no caso de benefícios previdenciários ou despesas com pessoal.

A dificuldade para fechar a conta do Orçamento de 2007, em grande parte, é causada por medidas que geram despesas via obrigações legais para a União e sobre as quais a União não tem a prerrogativa, tampouco o Poder Executivo, de forma unilateral, para reduzir.

É claro que, na condução da política, são discussões no processo alocativo que estão postas hoje no Congresso Nacional: quanto se vai dar de aumento para



peçoal no ano que vem é o que a proposta orçamentária hoje discute. Agora, outras medidas, como, por exemplo, o benefício do salário mínimo, envolvem não só o Congresso Nacional, mas também a sociedade de forma muito mais ampla.

Claro que o Governo tem papel fundamental na orientação desse processo. Mas controlar somente de forma financeira a realização dessas despesas é o que realmente se demonstrou insuficiente na regra incluída na LDO de 2007. Isso foi o que motivou realmente grandes discussões em torno da sua manutenção, e hoje devem ser votadas ainda na forma da LDO de 2007, que se encontra no Congresso Nacional.

Diria que a nossa capacidade, hoje, de controlar administrativamente, de forma financeira, despesas que decorrem de obrigações legais é a grande dificuldade que temos na presença de uma regra da natureza daquela que foi colocada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Réplica, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - O Dr. Kawall não vai falar?

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Deputado, complementando, primeiro, com relação ao ponto específico do superávit de Estados e Municípios. Houve decisão prudente neste ano de elevar o esforço do Governo Federal, reduzindo a meta, no primeiro decreto de fevereiro, para 0,9% do PIB. Depois, em um dos decretos subseqüentes, foi elevado para 1% do PIB, porque se constatou que o resultado de Estados e Municípios estava vindo melhor do que o esperado. Portanto, aquele movimento prudente de a União assumir para si uma meta maior, para não comprometer o resultado consolidado, foi parcialmente revertido em um dos decretos ao longo do ano, e esse valor já está em 1%. A opção para 2007 foi retornar à proposta feita no Orçamento de 2006, de 1,1% do PIB.

Queria também comentar que, na linha do que foi dito pelo Secretário Ariosto...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Desculpe, Secretário, mas perguntei qual a razão, o motivo pelo qual foi estabelecido no Orçamento de 2006 responsabilidade ou objetivo de 0,9% para Estados e Municípios e, em 2007, esse percentual retornará a 1,1%, o mesmo dos anos anteriores a 2006.



**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - Só uma pergunta: no Orçamento era 1,1%?

**O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU** - Era 1,1%.

**O SR. CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA** - No Orçamento para 2006 era 1,1%. Só no primeiro decreto é que foi reduzido, porque se previa que, em função de ser ano eleitoral, poderia haver maior pressão de gastos em Estados e Municípios, o que não se confirmou. Prudentemente, a União assumiu para si fatia do bolo do superávit primário maior do que o usualmente previsto, supondo que poderia haver frustração no resultado de Estados e Municípios. Isso não se confirmou totalmente e, ao longo do ano, houve ajuste para 1% do PIB.

Na execução do Orçamento, imaginou-se que, até por conta do desempenho parcial de 2006, poder-se-ia voltar àquele percentual de 1,1%, que já era o número do Orçamento de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - A sua réplica, Deputado, para concluirmos.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Queria fazer 2 comentários. Em primeiro lugar, o Secretário Ariosto tentou responder a maior parte das minhas questões e, lamentavelmente, trouxe um argumento que era utilizado na ditadura, ou seja, o Congresso Nacional referendava os atos do ditador de plantão. Não podemos simplesmente, no Estado Democrático de Direito, aceitar argumento como este de dizer que o Congresso referenda aquilo que o Executivo propõe. Óbvio, isso seria o Estado Democrático de Direito no seu conceito efetivo, mas o que temos hoje não é exatamente o que pretendemos para o nosso País.

A nossa observação, Secretário, vem no sentido de que, em primeiro lugar, queremos fazer o Orçamento o mais próximo da realidade. Quando o Executivo faz uma proposta de lei orçamentária, um projeto ou uma medida provisória com crédito suplementar alterando as regras do Orçamento, já o modificou. Temos 2 anos de experiência. Eu tiro os dados do SIAFI. Os dados que tenho são do SIAFI.

Temos de rever a relação entre Executivo e Congresso Nacional. O Congresso Nacional não pode ser subserviente como tem sido ultimamente com as propostas que vêm do Executivo. Temos de discutir aqui essas questões e temos de buscar efetivamente, com espírito público, sem sofismas, aquilo que é melhor para o



nosso País. Queremos crescer, queremos fazer política desenvolvimentista com responsabilidade, sem o desenvolvimentismo sem consistência pregado por alguns, e uma política monetária condizente com a atualidade do nosso País.

Não podemos continuar com uma política monetária que tem prejudicado de forma substancial a produção nacional. Precisamos buscar elementos para fazer aquilo que todos os brasileiros estão reclamando, inclusive o Presidente da República, ou seja, fazer o País crescer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Gostaria de dizer ao Secretário Kawall que precisamos reduzir as despesas correntes. Não podemos continuar com despesas correntes em ascensão como temos hoje. Este Governo tem-se notabilizado pelo não-cumprimento daquilo que ele mesmo propõe, ou seja, reduzir, pôr um freio nessas despesas e no aumento da carga tributária.

O Deputado Gilmar não precisa ficar ansioso ou apressado, pois há poucos para questionarem ou comentarem com o Secretário.

Concluo dizendo que precisamos conter essas despesas para termos condições de investir, além do que o setor público precisa sair do marasmo, precisa sair da sua condição primária, precisa sair do 0,5% ou 0,6% do PIB e duplicar esse valor, isto é, passar para cerca de 1% do PIB, caso contrário, estaremos fadados a mais 4 anos de crescimento medíocre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Pauderney.

Agradeço, mais uma vez, ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira, as contribuições para o debate e o trabalho realizado à frente da Secretaria do Tesouro Nacional, demonstrando a forma de mudar e dar mais tranqüilidade ao País.

Também agradeço ao Secretário do Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Sr. Ariosto Antunes Culau, dizendo, ao mesmo tempo, da felicidade da Comissão de receber orientações no sentido de termos mais recursos no PPI. Logo, os estudos do Ministério do Planejamento ajudam, e muito, o processo de desenvolvimento. É aquilo que tem falado o Presidente Lula com relação à ousadia para podermos crescer.





Fico feliz por ver o Ministério do Planejamento trabalhando na linha da ampliação dos recursos para investimentos, que, creio, é uma linha correta. E devo deixar registrado que temos de discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal, não por querermos alterar seu processo, mas porque precisamos garantir que Estados e Municípios também tenham acesso a recursos da Caixa destinados à habitação e a recursos do BNDES destinados ao saneamento. E nada melhor do que recursos para saneamento para crescermos ao mesmo tempo em que ajudamos na área da saúde. Assim, a habitação também ajuda, e muito, o desenvolvimento e a estruturação das famílias.

Agradeço a todos a presença e resalto que podem contar com a Comissão nesses processos de desenvolvimento.

Estamos recebendo informações de que o Orçamento chegou à Casa, que tem autonomia para examiná-lo e fazer tudo o que puder para melhorá-lo, tanto com relação ao salário mínimo, como com relação à correção do salário dos servidores públicos e à Lei Kandir, não deixando de estar atenta aos demais itens ali constantes.

Deputado Pauderney, V.Exa. e todos aqui podem ter certeza de que estamos atentos para elaborarmos um Orçamento mais realista. E esta Casa tem contribuído, realizando um debate sério, franco e, acima de tudo, com a ajuda de todos, para que não formemos um Orçamento artificial. Queremos e vamos continuar elaborando um Orçamento de forma correta e séria, para podermos ajudar também nesse processo de desenvolvimento.

Mais uma vez, agradeço às Sras. e aos Srs. Deputados a presença na reunião.

Antes de encerrar, comunico que a sessão extraordinária que visa analisar a pauta ocorrerá daqui a 60 minutos, quando teremos, então, discussão dos créditos, além dos avisos de pauta.

A reunião está encerrada.